



OAB. Públicas e privadas falam sobre aprovação de 16,7% no teste

Faculdades repercutem exame

LUANA MARTTINA
REPÓRTER

As instituições de ensino superior de Alagoas repercutiram o resultado preliminar do XX Exame de Ordem Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Candidatos também se posicionaram e criticaram a metodologia do teste. No estado, apenas 16,7% dos inscritos conseguiram a aprovação este ano.

Para o diretor da Faculdade de Direito de Alagoas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), José Barros Correia Júnior, não é possível afirmar que o baixo percentual de aprovação no exame de ordem em Alagoas tenha ligação direta com a preparação nos cursos superiores.

“São vários os fatores que podem definir o êxito na aprovação do exame. Tem ligação com a dedicação de cada candidato no decorrer da graduação em

Direito, a qualidade de ensino, a matriz curricular e até mesmo o tempo de estudo. Estes e outros fatores acabam por contribuir para o sucesso e insucesso na avaliação. Até mesmo o processo seletivo para o acesso aos cursos de graduação em Direito também influencia no resultado final”, explicou.

Somados aos aspectos mencionados anteriormente, a coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário Tiradentes (Unit), Karol Maфра, cita ainda a forma de entrada do aluno nas instituições de ensino superior.

“Muitos alunos estão fora da graduação há anos; outros possuem um aprendizado deficiente no ensino médio, que repercute no ensino superior; e há alunos que não estudam de forma continuada, buscando atualização. O ensino superior é constituído de uma formação jurídica ampla, baseada em três

pilares: ensino, pesquisa e extensão, buscando formar bacharéis em Direito com capacidade crítica e de análise, capaz de pensar e refletir sobre os problemas sociais. E o ensino na graduação não pode ser direcionado para concurso, quer seja OAB, magistratura ou outros”, ressaltou.

Além de um corpo docente bem qualificado, os cursos preparatórios são fundamentais para a obtenção de bons resultados. “Quanto à necessidade de cursos preparatórios pode-se observar que, para muitos discentes, ele se faz necessário, pois o programa do curso de Direito é muito extenso e nem sempre bem absorvido nos cinco anos do curso, mas quando há dedicação do corpo discente e docente, conjugado com uma matriz bem desenvolvida, boas bibliotecas e projetos de pesquisa e extensão acabam, por si só, dando bons resulta-

dos”, afirmou José Barros Correia Júnior.

Sobre o percentual de aprovação no exame, Karol Maфра foi enfática ao afirmar que “comparando com vários outros certames anteriores, o Estado de Alagoas está na média de vários estados. O exame é para todos, não é difícil. Mas, é preciso estudar de forma continuada todas as matérias estudadas na graduação desde o 1º período. O problema é que muitos estudantes não fazem isso”.

A advogada Jéssica Omena, de 26 anos, passou na quarta tentativa e quer ser defensora pública. Segundo ela, o exame é difícil, cansativo, com textos complexos e que exige um esforço grande dos candidatos. “Sabemos que à dificuldade é grande, mas receber a aprovação tira um peso das costas e nos enche de alegria e expectativas de construir a carreira”, declarou. ☺